RESENHAS

FERREIRA, Marieta de Moraes (org). História oral e multidisciplinaridade. Rio de Janeiro: FINEP/Diadorim, 1994. 157 p.

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang**

O livro resultou do II Encontro Nacional de História Oral realizado no Rio de Janeiro em abril de 1994 sob a coordenação geral de Marieta de Moraes Ferreira, quando foi criada a Associação Brasileira de História Oral. Para o Encontro, que reuniu pesquisadores de diferentes áreas, instituições e regiões do país, foram convidados especialistas para proferir conferências cujos textos são reproduzidos nesta obra: Michel Trebitsch, do Institut d'Histoire du Temps Présent (IHPT) do CNRS, Paris; Mercedes Vilanova da Universidade de Barcelona; Aspásia Camargo da UFRJ, fundadora do CPDOC/FGV, Secretária Executiva do Ministério do Meio Ambiente e, na época, Presidente da ANPOCS; Maria Isaura Pereira de Queiroz, Professora Emérita da USP e fundadora do CERU. Foram trabalhos de grande interesse, cujas linhas gerais aqui reproduzimos.

"A função epistemológica e ideológica da História Oral no discurso da História Contemporânea" é o título da comunicação de Michel Trebitsch, em que o autor delineia o panorama internacional da História Oral, caracterizando a incerteza epistemológica que a reveste pela frase de Louis Starr: mais do que uma ferramenta e menos que uma disciplina. Há uma genealogia mítica da História Oral que remonta à antiguidade. Entretanto, a História Oral moderna teve início em 1948, quando Alan Nevins e Louis Starr fundaram o Columbia History Office para preservar a memória de pessoas que tiveram uma atuação significativa na vida americana nos últimos sessenta anos, em diferentes campos. O "modelo" de Columbia, privilegiando o estudo de elites, considerando a transcrição e não a fita gravada como o documento original e atribuindo à História Oral a tarefa de preencher lacunas deixadas pelos documentos escritos, não é aceito por Trebitsch que defende para a História Oral um caráter de contra-história. Seria a história vista de baixo que se opõe à história oficial, a possibilidade de preservação da cultura popular, a história que, contra a tradição positivista, recorre a Heródoto. A identidade da História Oral se constroi com base nos princípios metodológicos do uso da pesquisa de campo, da observação participante e da interdisciplinaridade. Nos anos 60, a Escola de Chicago se dedica à pesquisa sobre o mundo dos "outsiders" e à coleta de histórias de vida dos habitantes de Chicago. Na Europa, a História Oral se volta para o estudo das camadas populares, desenvolvendo-se na Inglaterra o estudo da vida cotidiana dos trabalhadores. A História Oral assume na Europa o caráter de uma história engajada, uma história militante e se desenvolve na Itália e na Alemanha. Faz-se como uma outra história, uma história vista de baixo, privilegiando o cotidiano. Na França, destaca o papel de Daniel Bertaux que opõe à sociologia quantitativa uma sociologia qualitativa apoiada sobre o método biográfico. A especificidade da História Oral na França deve-se a fatores históricos referentes à "síndrome da guerra", à lentidão das mutações econômicas e sociais. Nos anos 80 a História Oral conquista a legitimação entre as ciências históricas. No contexto europeu, se na Inglaterra a História Oral continua com seu caráter de uma história militante, na França se afasta dessa orientação. A História Oral teve de lutar contra o fetichismo das fontes escritas, o peso da centralização estatal e a persistência da ficção da objetividade. A História Oral seria a história do tempo presente, que se define como história com testemunhos e questiona a própria noção de arquivo. É esta a posição do IHTP que advoga para si certo empirismo metodológico. Trebitsch pontua a institucionalização e a internacionalização da História Oral através de colóquios e mostra que as preocupações militantes vão cedendo espaço às preocupações metodológicas e às reflexões sobre os fenômenos da memória. Em seu esforço para mapear a disseminação da História Oral, destaca o grande papel do México, aponta o caso do Canadá, do Brasil e o dos países do leste europeu onde a História Oral "reencontra a veia militante de reconquista da memória" de toda uma sociedade que permanecia calada. Questiona o autor se, além do reconhecido papel documental da "fontes orais", dos procedimentos biográficos e autobiográficos, da função do testemunho e dos mecanismos da memória, a História Oral não poderia se definir como um "corte epistemológico". A História oral não está afeta a grandes teorias, vai cada vez mais se dirigindo para a questão da memória e da história cultural e estabelecendo uma interface com várias ciências.

A conferência de Mercedes Vilanova teve por título "Pensar a subjetividade - estatísticas e fontes orais". Mostra a importância da estatística na fase inicial de um trabalho de investigação, porque o quadro estatístico faz com que o pesquisador não se perca na trivialidade do individual. As estatísticas definem a maioria, marcam as tendências, possibilitando assim que as perguntas relevantes sejam encontradas. Fontes escritas e fontes orais são igualmente relevantes e não haveria uma História bem feita sem o recurso também às fontes orais. Mas a fonte oral, posto que é viva, é parcial e inacabada. Segundo Vilanova, não estamos estudando fontes, mas conversando com pessoas, em um diálogo que transforma o entrevistador e o entrevistado, fazendo nascer uma nova síntese. A fonte oral, na medida em que foi gravada, não permite manipulação. Vilanova narra sua trajetória de pesquisa, que evolui da busca da verdade, passa pela crença na falsidade do escrito, pela busca do centro de gravidade das pessoas, chegando à importância do não dito, do silêncio. Mostra a riqueza do diálogo que faz com que não haja entre-

vistas perfeitas, porque jamais o pesquisador pode prever antecipadamente o texto, dadas as possibilidades de que se reveste o diálogo. Acredita no valor da subjetividade, afirmando que a máxima objetividade se consegue quando se pode explicar detalhadamente a subjetividade e não escondê-la.

O texto de Aspásia Camargo "História Oral e Política" discute o estatuto da História Oral. Propõe inicialmente que a História Oral é um instrumento pós-moderno para entender a sociedade contemporânea, tendo seu uso caracterizado pela elasticidade, pela imprevisibilidade e flexibilidade. Buscando caracterizar a natureza da História Oral, Aspásia Camargo mostra que a História Oral é uma fonte, um documento e que, como toda fonte não é necessariamente objetiva; a História Oral é seguramente uma técnica. A questão que se coloca é de saber como usar esta fonte e esta técnica e verificar se elas podem se converter em uma metodologia, entendida esta "como um conjunto de procedimentos articulados entre si, cuja finalidade é obter resultados confiáveis que nos permitam produzir conhecimento". A grande questão que se coloca à História Oral diz respeito à confiabilidade dos dados obtidos. Em sua defesa, Camargo mostra que, em primeiro lugar, a História Oral não trabalha apenas com uma entrevista, mas com um conjunto de entrevistas realizadas com pessoas representativas do universo em estudo. A escolha qualitativa da amostra tem por base o pressuposto de que o trabalho de História Oral se faz com atores que são suportes da ideologia de sua classe. Afirma que o ator não pode "mentir" no que diz respeito a sua relação com o mundo ou quanto à sua verdadeira natureza. Outros aspectos importantes da História Oral dizem respeito à adoção da idéia de "ponto de saturação" oferecida por Daniel Bertaux e ao caráter de multidisciplinaridade e interdisciplinaridade. Para Aspásia Camargo, a riqueza da História Oral está justamente na liberdade para usar instrumentos, procedimentos e abordagens diferentes. Dever-se-ía aprofundar a reflexão sobre o método dialógico da relação entre entrevistador e entrevistado, relação carregada de emotividade e subjetividade, que constituem uma dimensão que deve, isto sim, ser controlada. O que dá legitimidade à História Oral não são seus procedimentos, mas o produto final que pode ser aferido em confronto com a realidade. A autora destaca a "aliança" entre a História Oral e a História de Vida, na medida em que a História de Vida permite trabalhar com trajetórias, a partir do método biográfico, e buscar um controle objetivo dos fatos e interpretações através da coerência longitudinal, temporal. Discute a lógica da memória, com o fito de verificar em que medida a memória é confiável ou não, se produz verdades ou mentiras, interessando entender porque mentiras se repetem. Acredito, efetivamente, que não se trata, para o pesquisador, de policialescamente julgar se os fatos rememorados são mentiras ou verdades, mas vê-los como uma versão que se deve a determinados motivos e que deve, isto sim, ser sociologicamente qualificada. Para Camargo, uma das maiores vantagens do método é possibilitar o conhecimento da totalidade, sendo a totalidade o princípio que comanda o objeto e a metodologia. Discute ainda a questão do mito de que a História Oral se destina a dar voz aos esquecidos, dado que é uma metodologia que pode também ser usada para o estudo das elites. O fundamental não é o esquecido, mas o *sigilo* que é uma categoria mais abstrata do que o esquecido. A partir dessas colocações, Camargo tece considerações sobre o projeto desenvolvido pelo CPDOC que, a partir de entrevistas com políticos da década de 30, busca conhecer os meandros da política e do poder, como o poder se exerce, concluindo que 30 foi a matriz básica do governo militar instaurado em 64. A trajetória desses atores estratégicos foi estudada a partir das variáveis: origem familiar, formação educacional e cultural, socialização política, batismo político, sucessão de cargos ocupados e consagração.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, em comunicação com o título "História, História Oral e Arquivos na visão de uma socióloga", parte do pressuposto de que, para a discussão de um tema, necessário se faz definir inicialmente os termos em questão e colocar a perspectiva através da qual o tema será examinado, no caso, uma perspectiva sociológica que se define basicamente pela explicação do social pelo social, pela preocupação com a praxis, pela exigência da observação metódica e tanto quanto possível, pela verificação. Traça considerações sobre a criação da Sociologia como ciência dos fatos sociais, a partir de Durkheim, Marx e Weber, considerados os pais da Sociologia. Apresenta um panorama do desenvolvimento da História mostrando que esta ciência, que se apoiava na memória, passa a se basear também em elementos exteriores à memória, os documentos. Um marco no desenvolvimento da História como disciplina foi a fundação da revista Annales em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, que propunha uma história total que apelasse para dados sociais, econômicos e políticos, contrapondo-se à uma história historicizante, demasiado ligada aos fatos e aos documentos escritos. Desenvolveu-se a história quantitativa e, como uma reação e esta que se revelava pobre quanto ao conteúdo analisado, ocorreu a valorização do singular, dos relatos pessoais, dos testemunhos confiáveis. Nessa linha, a história de vida permitia captar a experiência mesmo de pessoas de origem pouco importante, reproduzia o modo de ser de uma época, a especificidade de um acontecimento, observando que já a literatura e o folclore se atinham ao estudo das camadas populares. A coleta e o registro passam a utilizar meios mecânicos que se aperfeiçoam, mas Maria Isaura Pereira de Queiroz mostra que, apesar disso, a subjetividade do pesquisador está implícita, dado que é ele que determina o que vai gravar e como vai fazê-lo. Afirma ainda que o material coletado pela História Oral é insuficiente e deve ser complementado com dados de outras fontes. A questão primordial de sociólogos e historiadores que trabalham com História Oral é delimitar com clareza o terreno em que estão pesquisando. A preocupação do historiador prende-se à conservação dos eventos do passado e à construção de um retrato verídico do que foi; os documentos fornecem a prova da veracidade, daí o interesse em preservá-los. Para o sociólogo, por outro lado, o trabalho de pesquisa não se orienta apenas para a compreensão do problema proposto, não busca o saber pelo saber, mas sim, para construir algo que ajude a modificar a sociedade. Sociólogos e historiadores utilizam História Oral para o estudo das sociedades humanas, mas diferenciam-se pelas razões pelas quais buscam esse conhecimento: enquanto a História visa captar esta realidade social em seu aspecto mais verídico e através de uma conhecimento mais abrangente do período, a Sociologia busca extrair da realidade complexa os aspectos significativos para o problema que se propõe estudar e obter elementos para propor soluções. Assim, enquanto a História pretende retratar a realidade da forma a mais detalhada, a Sociologia busca reconstruir a realidade sob uma forma simplificada, o "modelo", dado que sua finalidade não se esgota no conhecimento e preservação, mas visa propor elementos para a ação.

Complementam a publicação os resumos dos trabalhos apresentados e discutidos em Grupos Temáticos no Encontro de História Oral do Rio de Janeiro. Considero este livro de extrema importância para os pesquisadores ligados a várias áreas, mas preocupados em discutir a natureza da História Oral e chegar a um possível consenso.